

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

SENADO FEDERAL

Adeus às armas

• Deputados e senadores estavam de malas prontas na quarta-feira para voarem para os estados e começarem a gozar um mês de recesso. A maioria tinha motivos para saudar o descanso, ainda que nem todos tivessem projetos para descansar. Inocêncio Oliveira, por exemplo, comentava sua repleta agenda de compromissos em Serra Talhada. Só hoje, dia de São Pedro, tinha cinco festas.

José Genoio, que está em pré-campanha para o governo de São Paulo, cumprirá uma agenda mais estafante ainda. Diz que está dividindo sua ação em três partes: a primeira é interna, destina-se a buscar o apoio das seis correntes do PT para a sua candidatura; a segunda busca apoio de líderes de partidos fora da aliança imediata do PT; finalmente, procura se fazer conhecido de um público mais amplo, que tenta atingir através de um mínimo de dez entrevistas em rádios a cada fim de semana. "Muita gente não sabe o meu nome, mas sabe que sou deputado. Quero é ligar as duas coisas. Só entrarei em campanha para valer em março do ano que vem." Haja fôlego.

Os parlamentares se despediram de Brasília votando sem parar. Na Câmara, o rolo compressor do governo funcionou impiedosamente. Derrubou todas as emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), inclusive algumas que pareciam obviamente necessárias, como a que garantia recursos para o Ministério da Saúde.

Na sessão conjunta do Congresso, à noite, acordos entre os líderes permitiram a aprovação do "jumbão", como os parlamentares chamam um conjunto de mensagens do Executivo abrindo créditos suplementares para diversos ministérios. Num período de seca de dinheiro, quando os *tesoura-boys* do ministro Martus Tavares sequer incluíram recursos para a geração de energia para os próximos anos, qualquer tostão que estejam dispostos a gastar é aprovado com aplausos e alívio. O destino do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), constituído por um percentual da arrecadação das empresas de telefonia, ficou para ser decidido em agosto. A princípio, esse dinheiro se destina a colocar computadores em todas as escolas públicas secundárias com mais de 600 alunos e a financiar pesquisas universitárias sobre novas tecnologias na área de comunicação. No entanto, o governo quer mandar esse bilhão de reais para o Ministério da Fazenda, onde o seu destino é um só: pagar os juros da dívida interna. Como há um princípio de revolta na base governista contra esse hábito perdulário, deixaram a decisão para mais tarde.

No meio tempo, o senador Renan Calheiros, fiel devoto da moral homogênea da liderança do PMDB, indicou um destacado

membro do grupo para a presidência do Conselho de Ética: Gilberto Mestrinho. Mestrinho firmou a sua reputação em três passagens pelo governo do Amazonas. O célebre Boto Tucuxi tratou logo de dizer ao que vem. Declarou ser contra a cassação de mandatos, por já ter sido cassado. "Quem cassa é o povo", disse, confirmando ter votado a favor do senador Luiz Estevão. Afirmou ainda que o Conselho de Ética só deveria examinar casos de desvio de conduta de senadores praticados depois de terem tomado posse. Os anteriores já teriam sido absolvidos pela Justiça Eleitoral no ato de diplomação dos eleitos. Em decorrência dessas convicções, é contra a apreciação do passado de Jader Barbalho, seu amigo há exatamente 18 anos, pelos senadores do presente.

Gilberto Mestrinho é o retrato fiel dos líderes de seu partido. Ninguém mais parecido com Renan Calheiros, Geddel Vieira Lima, Newton Cardoso, Orestes Quércia e, claro, Jader Barbalho.

O senador Saturnino Braga, que relatou os casos de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, declarou que a desmoralização do Conselho de Ética seria a desmoralização do Senado, que, por sua vez, resultaria na desmoralização da democracia.

Há quem saude com alívio e entusiasmo esse mês de recesso. É o caso do presidente do Senado, dileto aliado do Palácio do Planalto. Espera que, enquanto os políticos e jornalistas se dedicam a outros afazeres, as acusações contra ele arrefeçam. Até agora, a média vem sendo de uma acusação de envolvimento em tramóias ou roubalheiras a cada 15 dias. Talvez para cobrir o vácuo previsto, foram duas nesta semana: um gerente do Grupo João Santos contou que recebia instruções para obter faturas superavaliadas durante a construção de uma fábrica de cimento no Sul do Pará a fim de criar um caixa dois. O dinheiro desse caixa dois era doado às campanhas de Jader, a quem a cúpula do grupo apelava para superar embaraços legais à liberação de dinheiro da Sudam. No Banpará, ninho de escândalos, apareceu mais um, envolvendo Hamilton de Assis Guedes, ex-diretor de crédito da instituição e assessor de Jader, depois deputado estadual do PMDB e atual advogado do partido.

Jader deve descansar na sua mansão de praia no Ceará. Bom proveito.